

EUA vão propor mais ajuda a devedores

Além de pedir aos bancos particulares que aumentem sua ajuda aos países devedores

INDO

Divida Externa

JORNAL DA TARDE — 7

ajuda a devedores

o governo dos EUA proporá ao FMI a criação de novo fundo de recursos.

O governo do presidente Ronald Reagan instou os bancos privados a aumentarem seus créditos à América Latina, ante os temores dos dirigentes norte-americanos de que o estancamento econômico da região possa conduzir a sérias explosões políticas.

Ao mesmo tempo, ante a ineficiência de todas as gestões feitas por controlar a crise mundial de endividamento, o governo Reagan se propõe a injetar mais dinheiro nos países do Terceiro Mundo.

O secretário do Tesouro do governo norte-americano, James Baker, entrevistou-se às últimas horas de terça-feira com os dirigentes dos principais bancos privados do país para explicar-lhes pormenores do plano, o que, disse, será formalmente anunciado semana que vem.

O secretário não forneceu detalhes acerca da soma de que se necessitaria, porém The Wall Street Journal publicou ontem que "os analistas situam a cifra nos US\$ 14 bilhões nos próximos anos".

A questão envolve, além daqueles bancos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Baker deverá expor publicamente a questão na próxima semana, na assembleia que as duas entidades realizarão em Seul.

Segundo fontes que exigiram que fossem mantidas no anonimato, o novo fundo, a ser administrado conjuntamente pelo Banco Mundial e pelo FMI, teria uma doação de US\$ 5 a 6 bilhões e seu propósito seria ajudar os países endividados da América Latina e outras partes do mundo a cumprirem suas obrigações financeiras e promover seu crescimento econômico.

Os números disponíveis indicam que o setor bancário norte-americano emprestou US\$ 230 bilhões dos US\$ 360 bilhões que a América Latina deve.

A natureza da operação a ser desencadeada pelo governo norte-americano se tornou oficial anteontem à noite, quando o FMI anunciou que o Uruguai havia chegado a um acordo de estabilização pelo qual não recorrerá diretamente aos bancos privados durante os próximos 18 meses, mas sim "ao financiamento de bancos comerciais como parte de operações de co-financiamento do Banco Mundial".

O primeiro experimento nessa questão ocorreu em junho, quando o aval do Banco Mundial assegurou



ao Chile a obtenção de um pacote de US\$ 1,085 bilhão dos bancos privados.

A nova estratégia seria global, pois o Banco Mundial e o FMI não podem negar a um membro o que oferecem a outro, porém o jornal The Washington Post noticiou ontem que o Departamento de Estado participou ativamente da formulação do plano, "ante a preocupação de que as pressões políticas e sociais possam explodir", especialmente na América Latina.

Baker e o presidente da Reserva Federal (o banco central norte-americano) reuniram-se terça-feira à noite durante 90 minutos com banqueiros do Citicorp, de Nova York; Bankamerica Corp., de São Francisco; e Chase Manhattan, que são, pela ordem, os três maiores bancos dos Estados Unidos.

Assistiram à reunião diretores de outros bancos norte-americanos, mas somente Willard Butcher, do Chase Manhattan, concordou em falar com os jornalistas. Disse que Baker havia explicado o plano do governo, porém não havia pedido aos bancos nenhum compromisso para com ele:

— Falamos de como funcionavam hoje as estratégias e das possíveis alternativas que poderia haver no futuro, que envolveriam um maior crescimento das economias mundiais. Estamos todos no mesmo barco e tratando de remar harmonicamente.

James Baker

Na primavera passada, aos sábados, Jim Baker, um texano, costumava instalar-se na sua sala de trabalho pintada de amarelo-claro com os seus especialistas que estavam elaborando o plano do presi-

dente Reagan para reformar o sistema fiscal. Seus assessores dizem que ele costumava colocar seus pés sobre a mesa. O relato é de Peter Kilborn, do New York Times, que prossegue:

Nos demais dias, James A. Baker III, um advogado de Houston e descendente de uma linhagem de advogados de Houston, formado em 1952 pela Universidade Princeton, costuma vestir-se mais formalmente, com ternos riscadinhos e sapatos negros brilhantes. Assim parcialmente, ele faz discursos levemente modulados que abalam o globo, como aconteceu há dois domingos, quando anunciou a decisão de cinco países para provocar a queda do valor do dólar, ou o discurso que ele sugere que fará na reunião do mundo financeiro em Seul na próxima semana, para ajudar o mundo em desenvolvimento.

James Baker, rústico em fins de semana e mais formal nos dias úteis, que durante quatro anos foi o chefe de equipe da Casa Branca, está iniciando agora o seu nono mês como secretário do Tesouro, tendo trocado de cargos com Donald T. Regan, o financista da Merrill Lynch, em princípios de fevereiro último.

No decorrer deste tempo, Baker, de 55 anos de idade, conseguiu reunir um poder imenso sobre a política econômica, depois que David A. Stockman deixou o Departamento de Orçamento e que Martin S. Felstein foi substituído como principal assessor econômico por Beryl W. Sprinkel. Atualmente, não existe ninguém na Casa Branca, a não ser o presidente e Regan para discutir os atos dele.

Em abril último, o presidente encarregou do processo de tomar decisões econômicas, que até então estava abalado por divisões entre as agências, que precisavam ser resolvidas por Reagan, o novo Conselho de Política Econômica. Ele colocou Baker na cabeceira da mesa e ele atualmente reduz as opções presidenciais de mudanças de política a duas ou três, recomendando uma delas.

Atualmente, o governo Reagan enfrenta um menor crescimento da economia, uma recessão no setor agrícola, novas preocupações com os países devedores e, principalmente o aumento do furor protecionista no Congresso, com a finalidade de reduzir as importações estrangeiras.